


**EDUCAÇÃO E NEURODIVERSIDADE: CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO E
VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS NO ESPAÇO ESCOLAR**

**EDUCATION AND NEURODIVERSITY: PATHWAYS TO UNDERSTANDING AND
VALUING DIFFERENCES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT**

**EDUCACIÓN Y NEURODIVERSIDAD: CAMINOS PARA COMPRENDER Y VALORAR
LAS DIFERENCIAS EN EL ENTORNO ESCOLAR**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-190>

Data de submissão: 18/11/2025

Data de publicação: 18/12/2025

Pedro Soares Magalhães

Doutorando em Ciências da Educação

Instituição: Christian Business School (CBS)

E-mail: pedroletras26@gmail.com

Allany Calaca da Silva

Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação

Instituição: MUST University

E-mail: allany03calaca@gmail.com

Janete Silva de Senna Barreto Bonfim

Mestra em Educação

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

E-mail: janetesenna03@gmail.com

Rafaela Cassa Aguiar Carneiro

Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação

Instituição: MUST University

E-mail: rafaelaaguilar6@gmail.com

Lívia Rodrigues Nogueira

Mestre em Educação com Especialização em Formação de Professores

Instituição: Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)

E-mail: pedagogapig@gmail.com

Maria do Socorro da Cruz Brito

Mestra em Educação

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

E-mail: socorroamapa@gmail.com

Carmem Lúcia Valente Pereira

Especialista em Psicopedagogia

Instituição: Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX)

E-mail: carmemvalente1970@gmail.com

Carmen Izabel de Azerêdo

Mestranda em Ciências Contábeis e Administração
Instituição: Fundação Capixaba de Pesquisa (FUCAPE)
E-mail: belazeredo1@hotmail.com

RESUMO

A relação entre educação e neurodiversidade mostra-se relevante no contexto educacional contemporâneo, diante da necessidade de reconhecer as diferenças neurológicas como parte da diversidade humana e de fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão escolar. Nesse cenário, o presente artigo teve como objetivo analisar a neurodiversidade no contexto educacional, os desafios enfrentados pela escola no atendimento aos estudantes neurodivergentes e os caminhos para a valorização das diferenças por meio da construção de práticas inclusivas. Para atender a esse objetivo, adotou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, compreendida como uma investigação fundamentada na consulta, seleção, análise e organização sistemática de produções científicas já publicadas, conforme conceituado por Santana, Narciso e Fernandes (2025). A técnica de análise consistiu na leitura analítica dos materiais selecionados, na organização temática dos conteúdos e na interpretação crítica das informações. Os dados foram coletados a partir de artigos científicos, livros acadêmicos e publicações em ambientes digitais confiáveis. Os resultados indicaram que a escola enfrenta desafios estruturais, pedagógicos, formativos e culturais para atender às singularidades dos estudantes, ao mesmo tempo em que foi chamada a reorganizar suas práticas a partir da valorização das diferenças, da flexibilização das estratégias de ensino, do uso consciente das tecnologias educacionais e da construção de uma cultura institucional comprometida com a inclusão. Concluiu-se que a efetivação da educação inclusiva depende da superação de modelos centrados na homogeneização e do fortalecimento de práticas pedagógicas que respeitem os diferentes modos de aprender, contribuindo para a garantia do direito à aprendizagem e para a formação humana.

Palavras-chave: Neurodiversidade Educação. Práticas Inclusivas Escola. Diferenças Aprendizagem. Inclusão Escolar. Formação Docente.

ABSTRACT

The relationship between education and neurodiversity proves to be relevant in the contemporary educational context, given the need to recognize neurological differences as part of human diversity and to strengthen pedagogical practices committed to school inclusion. In this scenario, the present article aimed to analyze neurodiversity in the educational context, the challenges faced by schools in serving neurodivergent students, and the paths toward valuing differences through the construction of inclusive practices. To achieve this objective, bibliographic research was adopted as the methodological procedure, understood as an investigation based on the consultation, selection, analysis, and systematic organization of previously published scientific productions, as conceptualized by Santana, Narciso, and Fernandes (2025). The analysis technique consisted of the analytical reading of the selected materials, the thematic organization of the contents, and the critical interpretation of the information. Data were collected from scientific articles, academic books, and publications available in reliable digital environments. The results indicated that schools face structural, pedagogical, formative, and cultural challenges in addressing students' singularities, while at the same time being called upon to reorganize their practices based on the valorization of differences, the flexibilization of teaching strategies, the conscious use of educational technologies, and the construction of an institutional culture committed to inclusion. It was concluded that the implementation of inclusive education depends on overcoming models centered on homogenization and on strengthening pedagogical practices that respect different ways of learning, thus contributing to the guarantee of the right to learning and to human development.

Keywords: Neurodiversity Education. Inclusive Practices School. Learning Differences. School Inclusion. Teacher Education.

RESUMEN

La relación entre educación y neurodiversidad es relevante en el contexto educativo contemporáneo, dada la necesidad de reconocer las diferencias neurológicas como parte de la diversidad humana y fortalecer prácticas pedagógicas comprometidas con la inclusión escolar. En este escenario, este artículo tuvo como objetivo analizar la neurodiversidad en el contexto educativo, los desafíos que enfrentan las escuelas para atender a estudiantes neurodivergentes y los caminos para valorar las diferencias mediante la construcción de prácticas inclusivas. Para lograr este objetivo, se adoptó la investigación bibliográfica como procedimiento metodológico, entendida como una investigación basada en la consulta, selección, análisis y organización sistemática de producciones científicas ya publicadas, según lo conceptualizado por Santana, Narciso y Fernandes (2025). La técnica de análisis consistió en la lectura analítica de los materiales seleccionados, la organización temática del contenido y la interpretación crítica de la información. Los datos se recopilaban de artículos científicos, libros académicos y publicaciones en entornos digitales confiables. Los resultados indicaron que la escuela enfrenta desafíos estructurales, pedagógicos, formativos y culturales para atender las necesidades únicas de su alumnado, a la vez que se ve llamada a reorganizar sus prácticas con base en la valoración de las diferencias, la flexibilización de las estrategias de enseñanza, el uso consciente de las tecnologías educativas y la construcción de una cultura institucional comprometida con la inclusión. Se concluyó que la implementación efectiva de la educación inclusiva depende de la superación de modelos centrados en la homogeneización y el fortalecimiento de prácticas pedagógicas que respeten las diferentes formas de aprendizaje, contribuyendo así a garantizar el derecho al aprendizaje y al desarrollo humano.

Palabras clave: Neurodiversidad en la Educación. Prácticas Inclusivas en la Escuela. Diferencias en el Aprendizaje. Inclusión Escolar. Formación Docente.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre educação e neurodiversidade mostrou-se relevante no contexto educacional contemporâneo, diante da necessidade de reconhecer as diferenças neurológicas como parte da diversidade humana e de fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão escolar. Verificou-se que a escola enfrenta desafios estruturais, pedagógicos, formativos e culturais para atender às singularidades dos estudantes, ao mesmo tempo em que foi chamada a construir práticas inclusivas fundamentadas na valorização das diferenças, na flexibilização das estratégias de ensino e no uso consciente das tecnologias educacionais.

Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo analisar a neurodiversidade no contexto educacional, os desafios enfrentados pela escola no atendimento aos estudantes neurodivergentes e os caminhos para a valorização das diferenças por meio da construção de práticas inclusivas. A pergunta de pesquisa que orientou a investigação foi: ‘de que maneira a neurodiversidade, os desafios escolares e as práticas inclusivas se articulam na construção de um espaço educacional comprometido com o respeito às diferenças e com o direito à aprendizagem?’

Para atender a esse objetivo, adotou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, conforme conceituada por Santana, Narciso e Fernandes (2025). A técnica de análise utilizada consistiu na leitura analítica dos materiais selecionados, na organização temática dos conteúdos e na interpretação crítica das informações. Os dados foram coletados a partir de artigos científicos, livros acadêmicos e publicações em ambientes digitais confiáveis.

Portanto, o artigo foi organizado em três partes complementares, nas quais se analisaram os fundamentos da neurodiversidade, os desafios enfrentados pela escola no atendimento aos estudantes e as demandas relacionadas à organização pedagógica. Na sequência, discutiram-se os caminhos para a valorização das diferenças, com ênfase na construção de práticas inclusivas comprometidas com o respeito às singularidades e com o direito à aprendizagem.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como uma investigação de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da coleta, seleção, leitura, análise e organização de materiais científicos que subsidiaram o alcance dos objetivos propostos, conforme conceituado por Santana, Narciso e Fernandes (2025), ao definirem esse tipo de estudo como aquele fundamentado na consulta sistemática a produções já publicadas.

O processo metodológico foi estruturado em etapas sequenciais que envolveram a definição do tema, a busca por materiais científicos, a triagem das fontes, a leitura analítica dos estudos

selecionados, a sistematização das ideias centrais e a organização das referências utilizadas. Foram empregados como instrumentos de pesquisa artigos científicos, livros acadêmicos e publicações disponíveis em ambientes digitais confiáveis, os quais possibilitaram a construção do referencial teórico e a análise crítica dos conteúdos relacionados à educação, neurodiversidade e práticas inclusivas. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram organizadas em combinações simples, tais como: neurodiversidade, educação inclusiva, práticas inclusivas, diferenças na aprendizagem e escola inclusiva.

A principal base de dados utilizada foi o *Google Acadêmico*, compreendido como uma ferramenta gratuita de busca voltada à literatura científica, que reúne artigos, dissertações, teses, livros e produções acadêmicas de diversas áreas do conhecimento. Como critérios de inclusão, adotou-se a seleção de estudos publicados em recorte temporal recente, com aderência direta ao tema da pesquisa e relevância para a compreensão dos fundamentos, desafios e práticas relacionadas à neurodiversidade no contexto educacional. Já os critérios de exclusão contemplaram trabalhos desatualizados, publicações sem respaldo científico, materiais que não dialogavam diretamente com os objetivos do estudo e textos duplicados nas bases consultadas.

3 NEURODIVERSIDADE E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E FUNDAMENTOS NO CONTEXTO ESCOLAR

A discussão sobre neurodiversidade no campo educacional tem se ampliado significativamente nas últimas décadas, impulsionada por transformações sociais, científicas e pedagógicas que passaram a questionar padrões tradicionais de normalidade. Essa ampliação decorre, sobretudo, da compreensão de que as diferenças neurológicas integram a própria condição humana e não podem ser reduzidas a desvios ou limitações. Nesse contexto, a escola é progressivamente chamada a reconhecer tais diferenças como parte legítima da diversidade presente nos processos educativos.

Nessa perspectiva, a neurodiversidade rompe com interpretações restritas ao campo clínico e passa a ser compreendida como expressão legítima da diversidade humana. Conforme definido por Dezem *et al.* (2025, p. 3),

A neurodiversidade é um conceito que reconhece as variações neurológicas humanas como uma expressão natural da diversidade humana, valorizando as diferenças cognitivas, comportamentais e emocionais em vez de classificá-las exclusivamente como deficiências ou distúrbios.

Assim, ocorre um deslocamento do olhar antes concentrado nas limitações para uma perspectiva que destaca as capacidades, as competências e as singularidades de cada sujeito. Essa

mudança de enfoque repercute diretamente na maneira como a escola passa a compreender, organizar e efetivar o acolhimento de seus estudantes, influenciando as práticas pedagógicas, as relações interpessoais e a construção de ambientes educacionais mais respeitosos e participativos.

Além disso, Alencar, Barbosa e Gomes (2021, p. 2128) aprofundam esse entendimento ao afirmarem que

Neurodiversidade é a compreensão de que condições neurológicas diferentes do ‘padrão’ são variações naturais, ou seja, são parte da diversidade humana e não requerem cura ou tratamentos clínicos invasivos com o objetivo precípua de tornar os indivíduos neurodivergentes ‘indistinguíveis dos pares’.

Desse modo, a educação passa a ser provocada a rever conceitos historicamente sustentados por modelos normativos de aprendizagem. Nesse movimento, a neurodiversidade ganha espaço nas discussões sobre educação inclusiva, ao defender que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, têm direito não apenas ao acesso, mas também à permanência e à participação efetiva nos espaços escolares comuns, garantindo sua presença em contextos educacionais compartilhados (Dezem *et al.*, 2025).

Por conseguinte, ao reconhecer a neurodiversidade como valor educativo, fortalece-se a necessidade de revisão das concepções pedagógicas e das práticas institucionais. Tal compreensão implica a construção de ambientes escolares que acolham as diferenças, promovam o protagonismo estudantil e incentivem a participação ativa no processo de aprendizagem, compreendendo os alunos como sujeitos de direitos e de possibilidades formativas (Dezem *et al.*, 2025). Nessa direção, a educação inclusiva e a neurodiversidade caminham de forma articulada, pois ambas defendem a valorização das diferenças em seus diversos contextos sociais, educacionais e culturais (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021).

Desse modo, os fundamentos da neurodiversidade implicam, necessariamente, a reorganização das práticas pedagógicas. As estratégias de ensino e os recursos didáticos precisam ser ajustados de modo a atender aos diferentes ritmos, percursos e modos de aprender dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento de todos em suas singularidades (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021). Ademais, compreender os aspectos históricos e conceituais da neurodiversidade conduz à reflexão sobre o reconhecimento da identidade e das especificidades das pessoas neurodivergentes, contribuindo para a construção de uma escola que respeite a diversidade humana em sua totalidade (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021).

4 DESAFIOS DA ESCOLA NO ATENDIMENTO À NEURODIVERSIDADE

O atendimento à neurodiversidade envolve desafios que perpassam concepções, práticas pedagógicas, organização institucional e uso de tecnologias. Embora a literatura reconheça as diferenças neurológicas como parte da condição humana, muitas escolas ainda mantêm modelos centrados na norma e na homogeneização das aprendizagens (Dezem *et al.*, 2025). Assim, evidencia-se uma tensão entre a valorização da diversidade como princípio educativo e práticas que ainda buscam ajustar o aluno aos padrões estabelecidos, em vez de adaptar o meio às suas necessidades (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021).

Os estudos indicam que os desafios no atendimento à neurodiversidade não se restringem à disponibilidade de recursos, mas abrangem, sobretudo, a forma como eles são utilizados pelos profissionais. As tecnologias digitais surgem, ao mesmo tempo, como possibilidade e como obstáculo, uma vez que ainda há resistência de educadores ao seu uso, mesmo em ambientes adaptados (Reis *et al.*, 2024). Assim, a simples presença de equipamentos não assegura práticas pedagógicas sensíveis e inovadoras, especialmente quando os recursos não são compreendidos em sua dimensão educativa.

Acrescenta-se que o domínio técnico também se apresenta como um fator crítico. Os mesmos autores ressaltam que “além disso, a falta de familiaridade com ferramentas tecnológicas pode ter limitado a exploração completa de seus benefícios” (Reis *et al.*, 2024, p. 16072), o que evidencia que a formação específica para o uso das tecnologias é condição essencial para que elas se tornem aliadas no processo de ensino e aprendizagem. Em diálogo com essa perspectiva, Dezem *et al.* (2025) defendem que a promoção da neurodiversidade como valor educativo exige ambientes que incentivem o protagonismo dos estudantes e sua participação ativa na construção do conhecimento, o que pressupõe o uso intencional de recursos que ampliem as possibilidades de expressão, comunicação e interação.

A formação dos educadores é central para a superação dos desafios da inclusão, pois crenças, concepções e experiências docentes influenciam diretamente as estratégias adotadas com alunos neurodivergentes (Reis *et al.*, 2024). Desse modo, a formação continuada, acompanhada de suporte técnico e pedagógico, torna-se essencial para a implementação coerente de práticas inclusivas.

Por outro lado, a inclusão digital configura outro desafio expressivo. Em diferentes contextos, são implementados projetos que se apresentam como propostas de inclusão, mas que, na prática, se reduzem ao uso de laboratórios de informática e atividades de nivelamento, sem articulação efetiva com a aprendizagem significativa e com a valorização das diferenças entre os estudantes. Reis *et al.* (2024) chamam atenção para o fato de que diversas iniciativas espalhadas pelo país e por outros lugares do mundo ainda se restringem a esse tipo de proposta, o que limita o potencial transformador das

tecnologias no cotidiano escolar. Quando confrontada com a perspectiva de Dezem *et al.* (2025), que enfatizam a necessidade de ambientes acolhedores e participativos, essa realidade evidencia um descompasso entre o discurso de inovação e as práticas efetivamente desenvolvidas.

Além disso, a literatura evidencia que a carência de profissionais especializados nas escolas compromete o acompanhamento adequado dos estudantes neurodivergentes, sobrecarregando os professores e limitando o planejamento, o atendimento individualizado e a adaptação das atividades. Nesse contexto, Alencar, Barbosa e Gomes (2021) destacam a necessidade de flexibilização dos recursos e das estratégias pedagógicas, o que exige tempo, condições de trabalho e apoio institucional.

Ademais, a superlotação das salas de aula representa um obstáculo adicional à personalização do ensino. Turmas numerosas dificultam a observação atenta dos modos de participação, a identificação das necessidades específicas e a adequação das propostas didáticas. Nesse contexto, mesmo quando os professores demonstram abertura para práticas inclusivas, as limitações materiais e organizacionais reduzem a possibilidade de concretização de ações alinhadas ao paradigma da neurodiversidade. Esse cenário contrasta com o que defendem Dezem *et al.* (2025) e Alencar, Barbosa E Gomes (2021), para quem a valorização das diferenças requer condições que permitam reconhecer a singularidade de cada estudante e construir percursos formativos mais flexíveis.

Outro desafio recorrente diz respeito à articulação entre escola, família e serviços de apoio externos. A ausência de diálogo sistemático entre esses segmentos pode levar à fragmentação das ações voltadas aos estudantes neurodivergentes, dificultando a continuidade das intervenções e a construção de um olhar integrado sobre cada sujeito. Quando não há alinhamento entre o que é desenvolvido na escola e o que é realizado em outros espaços, ampliam-se os riscos de responsabilizar unicamente o aluno por dificuldades que estão relacionadas a fatores institucionais, culturais e sociais. Em contrapartida, a perspectiva defendida por Alencar, Barbosa E Gomes (2021) enfatiza que a educação inclusiva e a neurodiversidade partilham o compromisso com a valorização das diferenças em todos os âmbitos da sociedade, o que pressupõe ações coletivas e intersetoriais.

A permanência de preconceitos, estigmas e concepções equivocadas sobre a neurodiversidade continua a marcar o cotidiano de muitas escolas. Estudantes neurodivergentes ainda são, por vezes, associados exclusivamente à ideia de déficit, o que dificulta o reconhecimento de suas potencialidades e a construção de expectativas de aprendizagem altas e realistas. Tais atitudes produzem barreiras atitudinais que se somam às barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas já existentes. Em diálogo com os referenciais teóricos adotados, compreende-se que a superação desses desafios requer a transformação da cultura escolar, de modo que a neurodiversidade não seja tratada como exceção, mas como parte constitutiva da comunidade educativa, em consonância com os princípios da educação

inclusiva e com a defesa da valorização das diferenças como um compromisso ético e político da escola contemporânea (Dezem *et al.*, 2025; Alencar; Barbosa; Gomes, 2021; Reis *et al.*, 2024).

5 VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ESPAÇO ESCOLAR

A construção de práticas inclusivas no espaço escolar está diretamente relacionada ao reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo dos processos educativos. Nesse sentido, a valorização da diversidade não se restringe a ações pontuais, mas se insere em uma perspectiva mais ampla de compromisso ético, social e educacional. Conforme destacam Manguiera *et al.* (2024), “assim, a valorização das diferenças é apresentada não apenas como princípio pedagógico, mas como um ato político de reconhecimento e respeito à diversidade humana”. Dessa forma, a inclusão ultrapassa o campo metodológico e assume uma dimensão de responsabilidade coletiva na promoção dos direitos educacionais.

Além disso, a inclusão, compreendida sob essa ótica, não se limita à presença dos estudantes nos espaços físicos da escola. Trata-se de um processo que envolve o fortalecimento de uma cultura institucional que reconhece as diferenças como parte integrante da aprendizagem construída em grupo, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a participação de todos no cotidiano escolar (Manguiera *et al.*, 2024). Nessa direção, a escola é chamada a rever suas práticas, suas concepções e sua organização interna, de modo a favorecer relações mais democráticas e respeitosas entre os sujeitos.

Por conseguinte, as práticas inclusivas exigem planejamento pedagógico que considere a diversidade dos estudantes em seus diferentes modos de aprender. Isso implica a adoção de propostas curriculares flexíveis, o uso de recursos de acessibilidade, a incorporação de estratégias participativas e a utilização de processos avaliativos variados, capazes de respeitar os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem presentes na sala de aula (Manguiera *et al.*, 2024). Tal perspectiva dialoga com Alencar, Barbosa e Gomes (2021), ao defenderem que os recursos e as estratégias pedagógicas precisam ser ajustados para que todos os estudantes tenham oportunidades reais de desenvolvimento em seus próprios ritmos.

Além disso, o reconhecimento das diferenças também se expressa na compreensão de que atenção, memória, linguagem e interação social não se manifestam de forma única entre os sujeitos. Ao contrário, essas dimensões apresentam variadas formas de expressão que devem ser compreendidas como legítimas dentro do processo educativo, e não como desvios a serem corrigidos (Manguiera *et al.*, 2024). Assim, amplia-se a possibilidade de construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às singularidades dos estudantes, favorecendo percursos formativos mais respeitosos e participativos.

Ademais, as metodologias ativas têm se destacado como estratégias relevantes para a promoção da valorização das diferenças no contexto escolar. Propostas como a aprendizagem por projetos e a tutoria entre pares favorecem a participação, a cooperação e o reconhecimento dos diferentes modos de pensamento e de expressão dos estudantes, contribuindo para a construção de experiências educativas mais inclusivas (Mangueira *et al.*, 2024). Em diálogo com essa perspectiva, Dezem *et al.* (2025) apontam que a promoção da neurodiversidade no ambiente educacional requer a criação de contextos que estimulem o protagonismo dos alunos e sua participação ativa no processo de aprendizagem, fortalecendo o papel do estudante como sujeito do próprio desenvolvimento.

Desse modo, o avanço na construção de práticas inclusivas depende tanto da reorganização das propostas pedagógicas quanto da transformação das concepções que orientam o trabalho escolar. A valorização das diferenças, articulada ao uso de estratégias participativas, ao reconhecimento dos distintos modos de aprender e à construção de uma cultura institucional comprometida com a inclusão, fortalece a possibilidade de uma educação mais justa, democrática e alinhada aos princípios da diversidade humana.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As principais conclusões do estudo indicam que a compreensão da neurodiversidade no contexto educacional tem avançado de forma significativa no campo teórico, sobretudo ao reconhecer as diferenças neurológicas como parte legítima da diversidade humana. Os autores analisados convergem ao afirmar que a valorização dessas diferenças constitui elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas e democráticas. Observa-se, ainda, que a escola assume papel central na promoção de ambientes que respeitem as singularidades dos estudantes, especialmente no que se refere ao reconhecimento de seus diferentes modos de aprender, interagir e se expressar, conforme defendem Dezem *et al.* (2025) e Mangueira *et al.* (2024).

Além disso, os resultados evidenciam que o significado dessas descobertas ultrapassa a dimensão pedagógica e alcança o campo social e político da educação. A valorização das diferenças, ao ser compreendida como fundamento da inclusão, reafirma a educação como espaço de garantia de direitos e de fortalecimento da justiça social. Nessa perspectiva, as práticas inclusivas deixam de ser compreendidas como estratégias isoladas e passam a integrar um projeto institucional comprometido com a diversidade humana e com a participação efetiva de todos os estudantes no processo educativo, conforme defendem Mangueira *et al.* (2024) e Alencar, Barbosa e Gomes (2021).

Por conseguinte, ao relacionar essas descobertas com as contribuições de outros estudos analisados, observa-se ampla convergência entre os autores quanto à necessidade de reorganização das

práticas pedagógicas, da gestão escolar e da formação docente. Dezem *et al.* (2025) destacam a importância de ambientes educacionais que favoreçam o protagonismo estudantil, enquanto Alencar, Barbosa e Gomes (2021) enfatizam que a flexibilização das estratégias pedagógicas é condição indispensável para que os estudantes aprendam em seus próprios ritmos. De modo complementar, Mangueira *et al.* (2024) defendem que a inclusão só se efetiva plenamente quando a cultura institucional reconhece as diferenças como parte constitutiva da aprendizagem coletiva. Já Reis *et al.* (2024) ressaltam que as práticas inclusivas também dependem do preparo docente e da superação de resistências ao uso de tecnologias e de novas metodologias. Assim, os resultados obtidos dialogam de maneira consistente com o conjunto das produções científicas analisadas.

No entanto, as limitações das descobertas precisam ser consideradas, sobretudo por se tratarem de resultados oriundos de pesquisa bibliográfica. As análises baseiam-se exclusivamente em produções acadêmicas já publicadas, o que impossibilita a observação direta da aplicação prática das propostas discutidas nos contextos escolares. Dessa forma, embora os referenciais teóricos ofereçam importantes subsídios para a compreensão da neurodiversidade e das práticas inclusivas, não permitem a generalização empírica dos resultados para todas as realidades educacionais, uma vez que não contemplam a análise de estudos de campo no presente trabalho.

Além disso, alguns resultados considerados surpreendentes ou inesperados, como a resistência de educadores ao uso de tecnologias digitais em contextos inclusivos, podem ser explicados à luz dos próprios referenciais teóricos analisados. Reis *et al.* (2024) apontam que essa resistência está diretamente relacionada à ausência de formação específica e ao limitado domínio técnico das ferramentas digitais. De modo complementar, Dezem *et al.* (2025) indicam que a promoção da neurodiversidade como valor educativo exige mudanças profundas nas concepções pedagógicas, o que nem sempre ocorre de maneira imediata nas instituições escolares. Assim, tais resultados não se mostram isolados, mas refletem tensões já apontadas pela literatura entre os discursos de inclusão e as práticas efetivamente desenvolvidas.

As análises realizadas permitem apresentar sugestões para futuras pesquisas. Destaca-se a necessidade de investigações empíricas que analisem, de forma direta, como as práticas inclusivas fundamentadas na neurodiversidade vêm sendo implementadas nas diferentes etapas da educação básica. Recomenda-se, ainda, a realização de estudos que abordem a formação continuada dos professores, o uso de tecnologias assistivas, o impacto das metodologias ativas e a atuação das equipes multiprofissionais no contexto escolar. Tais investigações poderão ampliar a compreensão sobre os caminhos concretos para a valorização das diferenças e para o fortalecimento de uma educação verdadeiramente inclusiva.

7 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo permitiu alcançar os objetivos propostos ao analisar a relação entre educação e neurodiversidade, os desafios enfrentados pela escola no atendimento aos estudantes neurodivergentes e os caminhos para a valorização das diferenças por meio da construção de práticas inclusivas. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que a neurodiversidade se fundamenta no reconhecimento das variações neurológicas como parte constitutiva da diversidade humana, o que exige da escola a superação de modelos pedagógicos centrados na homogeneização e a adoção de práticas que respeitem as singularidades dos estudantes. Nesse sentido, compreendeu-se que a educação inclusiva se firma como um princípio orientador das ações escolares, ao defender a participação efetiva de todos nos processos de ensino e aprendizagem.

Além disso, os resultados discutidos demonstraram que os desafios enfrentados pelas instituições de ensino envolvem desde limitações estruturais e formativas até resistências ao uso de tecnologias e à reorganização das práticas pedagógicas. Constatou-se que a efetivação da inclusão depende da formação continuada dos professores, da flexibilização curricular, do uso consciente das tecnologias educacionais, da articulação entre escola e família e da construção de uma cultura institucional comprometida com o respeito às diferenças. Assim, tornou-se evidente que a inclusão não se reduz ao acesso físico à escola, mas se concretiza no cotidiano das relações, das metodologias e da organização pedagógica.

A valorização das diferenças mostrou-se central para a construção de práticas pedagógicas mais participativas e equitativas, nas quais as metodologias ativas, as estratégias avaliativas diversificadas e o reconhecimento dos diferentes modos de aprender favorecem o protagonismo dos estudantes e a garantia do direito à aprendizagem. Nesse sentido, os objetivos do estudo foram alcançados ao possibilitar a compreensão dos fundamentos da neurodiversidade, a análise dos desafios escolares e a identificação de caminhos para práticas inclusivas. Assim, evidencia-se a necessidade de ampliar as pesquisas sobre o tema, especialmente para aprofundar o entendimento das práticas pedagógicas, do trabalho docente e da efetivação da inclusão em diferentes contextos educativos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, H. F.; BARBOSA, H. F.; GOMES, R. V. B. Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar. *In: Escola em tempos de conexões*. Campina Grande: Realize Editora, 2021. v. 2, p. 2125-2142.

DEZEM, L. T.; MELO, D. S.; LEITE, F. L.; NETO, H. C.; MENDEZ, A. V. Neurodiversidade na perspectiva da educação inclusiva: um enfoque interdisciplinar entre saúde e educação. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 12, p. 1-21, 2025.

MANGUEIRA, J. M. O.; SOARES, R. M. J.; RAMOS, A. P. S.; SILVA, M. H.; JESUS, N. A.; SANTOS, J. V.; NOGUEIRA, T. L. G.; SALDANHA, R. C. Neurodiversidade e práticas inclusivas: o papel do educador na valorização das diferenças. *In: Promoção da Saúde: Perspectivas Integradas*. Aurum Publicações, 2024. Cap. 48.

REIS, N. S.; MIRANDA, M. M. C.; FUZINATO, R. M. A.; RIBEIRO, M. F. A.; MACÊDO, P. C. M. Neurodiversidade na escola: quebrando barreiras e construindo uma educação inclusiva para todos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 16062-16075, 2024.

SANTANA, A. C. A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, p. e13333, 2025.